

PONTO DE VISTA



- 235 Contratação de árbitros e mediadores: inexigibilidade

Egon Bockmann Moreira

DOCTRINA



- 242 Sigilo do preço estimado: vantagem ou factóide?

Paulo Sérgio de Monteiro Reis

- 250 Função pedagógica na jurisprudência do TCU e retroalimentação legislativa

Thiago Cardoso Araújo

- 260 A inaplicabilidade do regime licitatório da Lei nº 13.303/2016 para contratações vinculadas a oportunidades de negócio

Fábio Matias Barela

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 266 Bens e serviços de informática – Exclusividade do fornecedor e procedimento para a justificativa de preços

- 274 Período da garantia técnica – Desvinculação ao prazo de vigência do contrato

- 279 Saneamento das propostas – Condições, limites e consequências

- 284 Nepotismo e regra do art. 3º da Resolução CNJ nº 07/2005 – Análise sobre a incidência em contratos de fornecimento

- 293 Taxa de manutenção de jazigos – Relação de natureza tributária

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 297 1. O que determina a Instrução Normativa nº 01/2019 SEGES/ME, que revogou a IN nº 01/2018 SEGES/MP?

- 298 2. Em que momento deve-se abrir o prazo recursal em procedimento presencial regido pela Lei nº 13.303/2016? E como ocorre a intimação para a apresentação dos recursos?



- 300 3. Durante pregão do tipo menor preço por lote, um dos itens de determinado lote é questionado pelos licitantes. Se o pregoeiro verificar que o item foi especificado de maneira incorreta, pode excluí-lo e continuar a sessão?

- 301 4. Qual a diferença entre subcontratação e consórcio? O que deve orientar a decisão da Administração em autorizar tais figuras nos editais?

- 303 5. Os integrantes do Poder Judiciário federal estão obrigados a abrir Intenção de Registro de Preços (IRP)? Quais os benefícios e prejuízos desse procedimento?

- 305 6. Ao convocar o próximo colocado na licitação para contratação direta do remanescente (art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/1993), é necessário observar eventual direito de preferência decorrente de empate ficto?

- 307 7. A adoção de instrumentos substitutivos ao termo de contrato afasta a necessidade de publicação de extrato na imprensa oficial?

- 309 8. É possível anular ato que determinou a revogação de uma licitação homologada no regime da Lei nº 13.303/2016?

- 312 9. É possível prorrogar contrato de serviço contínuo ainda que ausente cláusula nesse sentido?

- 314 10. Quais procedimentos devem ser adotados pelas entidades do Sistema S para a alienação de bens?

316 JURISPRUDÊNCIA

326 TRIBUNAIS DE CONTAS

338 LEGISLAÇÃO

339 BLOG